

UNIVERSIDADE ESTUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS COLINAS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

ANTONIA RITA FERNANDES LIMA

**ENTRE SINAIS, CORPOS E SILÊNCIOS: AUTORIA FEMININA SURDA NA
LITERATURA E NAS PRODUÇÕES CULTURAIS ENTRE OS ANOS DE
2020-2025**

COLINAS - MA
2025

ANTONIA RITA FERNANDES LIMA

**ENTRE SINAIS, CORPOS E SILÊNCIOS: AUTORIA FEMININA SURDA NA
LITERATURA E NAS PRODUÇÕES CULTURAIS ENTRE OS ANOS DE
2020-2025**

Artigo apresentado ao Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Esp. Vanessa Oliveira Silva

COLINAS- MA
2025

Lima, Antônia Rita Fernandes.

Entre sinais, corpos e silêncios: autoria feminina surda na literatura e nas produções culturais entre os anos de 2020-2025 / Antônia Rita Fernandes Lima. - Colinas - MA, 2025.

30 f.

Artigo Científico (Graduação em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Colinas, 2025.

Orientadora: Profa. Esp. Vanessa Oliveira Silva.

1. Mulheres surdas. 2. Autoria feminina. 3. Língua Brasileira de Sinais. 4. Identidade surda. 5. Literatura surda. I. Título.

CDU: 821.134.3(81):305-055.2


ANTONIA RITA FERNANDES LIMA

ENTRE SINAIS, CORPOS E SILÊNCIOS: AUTORIA FEMININA SURDA NA LITERATURA E NAS PRODUÇÕES CULTURAIS ENTRE OS ANOS DE 2020-2025

Artigo apresentado ao Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Aprovado em: 16/12/2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **VANESSA OLIVEIRA SILVA**
Data: 11/02/2026 14:43:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Esp. Vanessa Oliveira Silva
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Assinado por: Denise Hosana de Sousa Moreira
Num. de Identificação: B132908539
Data: 11-02-2026 18:11:29 +00:00



Prof^a. Dr^a Denise Hosana de Sousa Moreira
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Documento assinado digitalmente
 **SARA OLIVEIRA PAZ**
Data: 11/02/2026 18:15:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Esp. Sara Oliveira Paz
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família, meus pais Margarida e Joací, meus irmãos Simone, Silvânio, Sandra e Sâmia, aos meus sobrinhos Davi, Álvaro, Willian e Pedro que foram meu alicerce e meu maior apoio, sempre estiveram presentes durante essa minha caminhada. À minha filha Bruna Ysabella, pela força e inspiração que me motivaram a nunca desistir. Ao meu marido Felipe, pelo carinho e apoio em todos os momentos. E às minhas colegas de faculdade Mariana, Amanda e Luísa, que compartilharam comigo tanto os dias felizes quanto os dias desafiadores, e que nunca saíra do meu lado.

Esta caminhada foi repleta de momentos de felicidades, mas também de barreiras que com a graça de Deus eu enfrentei e hoje estou aqui, houve dias em que precisei de muita garra para continuar e em que, por vezes, senti vontade de desistir. Porém, o incentivo de todos ao meu redor me fortaleceu e me permitiu alcançar o sonho de conquistar um ensino superior, um orgulho para mim e para meus pais.

A todos vocês, recebam essa dedicatória feita e pensada com todo meu coração!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, sabedoria e proteção ao longo dessa jornada. A meu marido, pelo carinho, paciência e apoio. À minha família. À minha filha, que é a minha maior inspiração. À professora Vanessa, pelo seu companheirismo, cuja orientação foi essencial para o meu crescimento acadêmico. Foi a melhor escolha que fiz durante esse processo. E também aos meus professores: professora Izenete, professor Daniel, professora Márcia e professora Luciana, professora Sara que me fez amar essa área e que contribuíram com meu conhecimento e dedicação. E, por fim, às minhas colegas de faculdade, que estiveram ao meu lado em cada passo dessa trajetória.

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

Este artigo analisa de que forma mulheres surdas constroem e expressam sua autoria no campo literário e das produções culturais, considerando os atravessamentos da surdez, do gênero e das desigualdades linguísticas. Parte-se do entendimento de que a autoria feminina surda não se limita à escrita em língua portuguesa, mas envolve a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o corpo e a experiência visual como dimensões centrais de produção de sentidos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em levantamento e mapeamento bibliográfico de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, localizados na Plataforma CAPES e no Google Acadêmico. O corpus analisado revelou crescimento do interesse acadêmico sobre mulheres surdas, sobretudo nas áreas da linguagem, educação e saúde, embora ainda seja reduzida a presença de autoras surdas na produção científica. A análise temática organizou os achados em quatro categorias: comunicação e direitos linguísticos; identidade surda feminina e experiência visual; autoria feminina surda como prática de resistência; e interseccionalidades entre gênero, surdez e raça. Os resultados indicam que a autoria feminina surda constitui uma prática de afirmação identitária e enfrentamento ao silenciamento histórico, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de ampliar o reconhecimento da Libras, da corporalidade e da visualidade como formas legítimas de autoria e produção de conhecimento.

Palavras-chave: Mulheres surdas; Autoria feminina; Língua Brasileira de Sinais; Identidade surda; Literatura surda.

ABSTRACT

This article analyzes how Deaf women construct and express authorship in the literary and cultural production fields, considering the intersections of deafness, gender, and linguistic inequalities. The study is based on the understanding that Deaf women's authorship is not limited to writing in the Portuguese language, but also involves Brazilian Sign Language (Libras), the body, and visual experience as central dimensions of meaning-making. A qualitative approach was adopted, based on a bibliographic survey and mapping of scientific articles published between 2020 and 2025, retrieved from the CAPES database and Google Scholar. The analyzed corpus revealed a growing academic interest in Deaf women, especially in the fields of language, education, and health, although the presence of Deaf women as authors in scientific production remains limited. The thematic analysis organized the findings into four categories: communication and linguistic rights; Deaf female identity and visual experience; Deaf women's authorship as a practice of resistance; and intersections of gender, deafness, and race. The results indicate that Deaf women's authorship constitutes a practice of identity affirmation and resistance to historical silencing, while also highlighting the need to recognize Libras, corporeality, and visuality as legitimate forms of authorship and knowledge production.

Keywords: Deaf women; Female authorship; Brazilian Sign Language; Deaf identity; Deaf literature.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 JUSTIFICATIVA	13
4 MOVIMENTO SURDO NO BRASIL: LUTAS COLETIVAS E A VOZ DAS MULHERES	16
5 CONCEITOS SOBRE SURDEZ E AUTORIA FEMININA	20
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
7 RESULTADOS	27
7.1 ANÁLISE TEMÁTICA	28
7.2 RESULTADOS – DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS POR CATEGORIA TEMÁTICA	32
7.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA	33
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulada: Entre sinais, corpos e silêncios: autoria feminina surda na literatura e nas produções culturais entre os anos de 2020-2025, analisa de que forma mulheres surdas constroem e expressam suas vozes autorais no campo da literatura e das produções culturais. O estudo considera que essas produções não podem ser compreendidas apenas a partir de modelos tradicionais centrados na escrita em língua majoritária, pois envolvem modos de expressão baseados na visualidade, na corporalidade e na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Estudos sobre identidade e cultura surda mostram que a experiência visual e a língua de sinais fazem parte da forma como sujeitos surdos constroem sua identidade e produzem cultura (Perlin, 1998; Strobel, 2008). Dessa forma, a autoria feminina surda é entendida como um processo construído em contextos marcados por desigualdades linguísticas, limitações de acessibilidade e relações de gênero.

A invisibilidade das mulheres surdas nos espaços acadêmicos e culturais é manifestada tanto pela escassez de estudos sobre suas produções quanto pelas dificuldades de legitimação de suas narrativas. Em muitos contextos, produções realizadas em Libras ou mediadas pelo corpo e pela experiência visual não recebem o mesmo reconhecimento que aquelas organizadas pela escrita normativa. Pesquisas sobre a realidade linguística das pessoas surdas mostram que as línguas de sinais foram historicamente desvalorizadas, o que ainda influencia o reconhecimento social das produções culturais surdas (Gesser, 2009). Assim, discutir autoria feminina surda envolve problematizar quais linguagens são valorizadas, quem ocupa o lugar de autora e como se constroem os critérios de reconhecimento no campo literário e cultural.

O destaque às produções em Língua Brasileira de Sinais exige a ampliação dos referenciais de análise, uma vez que a enunciação ocorre por meio de gestos, expressões faciais, movimentos corporais e recursos visuais. Nessa perspectiva, a autoria ultrapassa o texto escrito e se constitui também como prática cultural e identitária. Estudos linguísticos mostram que a Língua Brasileira de Sinais possui estrutura gramatical própria e é reconhecida como língua natural e sistema linguístico legítimo (Quadros; Karnopp, 2004). Reconhecer essas formas de produção contribui para o fortalecimento da cultura

surda e para a valorização de modos diversos de narrar experiências e trajetórias.

No contexto brasileiro, os avanços do movimento surdo e o reconhecimento legal da Libras, por meio da Lei nº 10.436/2002, favoreceram maior visibilidade à comunidade surda e à sua língua. Apesar desses avanços, a presença das mulheres surdas nos espaços de autoria literária e produção acadêmica ainda ocorre de forma limitada, especialmente quando se consideram os atravessamentos de gênero, surdez e outras desigualdades sociais. Pesquisas sobre mulheres surdas mostram que processos históricos de invisibilização social e linguística ainda dificultam o acesso dessas mulheres aos espaços de produção de conhecimento e autoria cultural (Costa; Oliveira; Klein, 2021). Nesse cenário, é imprescindível ampliar investigações que abordem a autoria feminina surda de maneira específica e contextualizada.

Diante desse contexto, este artigo busca compreender como mulheres surdas afirmam suas identidades e produzem sentidos em obras autorais, utilizando a Libras e/ou a língua portuguesa como formas de expressão. O estudo considera a autoria feminina surda como uma prática que envolve resistência, afirmação identitária e enfrentamento do silenciamento histórico. Estudos sobre autoria feminina surda indicam que a produção cultural dessas mulheres também funciona como forma de afirmação identitária e social (Tonani, 2020). Com isso, pretende-se contribuir para a ampliação da visibilidade dessas produções no campo acadêmico e cultural.

Quanto à organização do artigo, inicialmente será apresentado os objetivos e a justificativa, que fundamentam a escolha do tema e o recorte da pesquisa. Em seguida, há um recorte sobre o movimento surdo no Brasil e os conceitos de surdez, identidade e autoria feminina, que compõem o referencial teórico. Posteriormente, continuamos com os procedimentos metodológicos, seguidos da apresentação dos resultados e da análise temática. Na sequência, são apresentadas as considerações finais, destacando as principais contribuições deste estudo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Essa pesquisa tem como objetivo investigar de que forma as mulheres surdas, apesar dos desafios enfrentados em contextos de invisibilidade linguística, limitações de acessibilidade e desigualdades de gênero, constroem e manifestam sua autoria no campo da literatura e das produções culturais. Busca-se compreender como essas mulheres, por meio de suas produções autorais, afirmam suas identidades surdas e femininas, tensionam as normas impostas pela cultura ouvinte e enfrentam o apagamento histórico ao qual estiveram submetidas.

Para garantir seu lugar nos espaços de autoria, essas mulheres recorrem a diferentes estratégias linguísticas, discursivas, visuais e corporais, que esta pesquisa pretende identificar e analisar. Ao reconhecer as formas legítimas de produção a partir da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do corpo e da experiência visual, o estudo busca romper com concepções restritas que vinculam a autoria exclusivamente à escrita em língua majoritária.

Parte-se do entendimento de que a autoria feminina surda não se limita à criação de conteúdos literários, mas constitui também um ato político de afirmação da existência, de resistência ao silenciamento histórico e de enfrentamento às múltiplas formas de exclusão que atravessam gênero, língua e deficiência. Assim, o objetivo geral é contribuir para a valorização da produção autoral de mulheres surdas, fortalecendo a visibilidade de suas vozes no campo acadêmico, cultural e social, ao mesmo tempo em que promove uma reflexão crítica sobre os modos de produção de saber que historicamente marginalizaram corpos e línguas da comunidade surda.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar como as mulheres surdas utilizam a linguagem, especialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e/ou a língua portuguesa, como formas de expressão autoral, afirmação identitária e produção de sentidos em suas obras, considerando os desafios relacionados à surdez, à representatividade literária e aos atravessamentos de gênero.

Identificar as principais estratégias linguísticas, visuais e corporais mobilizadas pelas mulheres surdas em suas produções autorais, compreendendo a Libras, o corpo e a experiência visual como elementos centrais da autoria feminina surda.

Examinar de que maneira as produções autorais de mulheres surdas se configuram como práticas de resistência política, cultural e simbólica, enfrentando o silenciamento histórico, o ouvintismo e as normas hegemônicas que regulam os espaços de autoria e legitimação literária.

Analisar como as interseccionalidades entre gênero, surdez e raça atravessam as experiências e narrativas autorais das mulheres surdas, evidenciando desigualdades estruturais e disputas por reconhecimento nos campos acadêmico, cultural e institucional.

Mapear e analisar a produção acadêmica brasileira recente, publicada entre os anos de 2020 e 2025, sobre mulheres surdas, identificando áreas de maior concentração de estudos, lacunas teóricas, categorias temáticas recorrentes e a presença — ou ausência — de autoras surdas na produção científica.

3 JUSTIFICATIVA

O trabalho em questão é de grande relevância por envolver não apenas uma discussão sobre a literatura como forma de expressão, mas por problematizar os direitos de autoria como elemento central na construção da identidade, da autonomia e da justiça social das mulheres surdas. Ao trazer a mulher surda para o centro da análise, utilizando a Libras e as expressões corporais como formas legítimas de narrar o mundo, a pesquisa contribui para ampliar os modos de compreensão da linguagem, deslocando-a de uma perspectiva exclusivamente oral e escrita.

A sociedade feminina surda sofre frequentemente exclusões e barreiras comunicacionais impostas por uma sociedade majoritariamente ouvinte, além das desigualdades estruturais de gênero que atingem todas as mulheres. Quando esses marcadores se articulam, produzem uma dupla ou tripla vulnerabilidade, especialmente no que se refere ao acesso à educação, à participação social e à legitimidade autoral. Nesse sentido, a autoria feminina surda enfrenta obstáculos, uma vez que busca reconhecimento em um campo acadêmico e cultural que historicamente invisibiliza tanto a surdez quanto as produções femininas.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que mais de 26% das pessoas com deficiência no Brasil são mulheres, o que evidencia a necessidade de pesquisas que considerem as especificidades desse grupo. Entretanto, apesar desse percentual expressivo, a produção científica voltada às mulheres surdas ainda é reduzida, como demonstrado nos resultados desta pesquisa, revelando uma lacuna significativa entre a realidade social e a representação acadêmica. Dessa forma, essa pesquisa surge como uma proposta urgente para o reconhecimento e a valorização da pluralidade de línguas, identidades e modos de autoria presentes na comunidade surda feminina.

O reconhecimento dos direitos da mulher surda também está diretamente relacionado à garantia da propriedade intelectual e ao respeito à autoria de suas produções. A ausência desse reconhecimento contribui para práticas de exploração simbólica e apagamento autoral, nas quais produções em Libras são apropriadas, traduzidas ou reinterpretadas sem a devida valorização de suas

criadoras. Assim, reconhecer a autoria feminina surda significa assegurar autonomia, dignidade e legitimidade às produções culturais dessas mulheres, que desempenham papel fundamental na consolidação da identidade e da cultura surda.

Foi evidenciado, ainda, uma profunda lacuna no que se refere à representatividade, à escuta social e à visibilidade das mulheres surdas. Tanto a feminilidade quanto a surdez foram historicamente marcadas pelo silenciamento e pela marginalização, o que reforça a necessidade de estudos que articulem esses marcadores de forma interseccional. Para que essas mulheres sejam compreendidas e acolhidas, essa pesquisa propõe a criação de espaços de escuta, criação e protagonismo, reconhecendo que a língua não se restringe ao som ou à escrita normativa, mas se expressa no corpo, nos gestos, nos sinais e até mesmo no silêncio carregado de sentidos.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui uma língua visual-gestual estruturada, dotada de gramática própria e ampla capacidade expressiva. Por meio da Libras, produzem-se narrativas, poesias, metáforas e manifestações estéticas complexas, capazes de expressar subjetividades e experiências singulares. Contudo, mesmo com o reconhecimento legal assegurado pela Lei nº 10.436/2002, a Libras ainda é deslegitimada em muitos espaços de autoria e produção simbólica, sendo tratada como linguagem secundária. Essa invalidação repercute diretamente na valorização das produções autorais das mulheres surdas.

Diante desse cenário, a presente pesquisa organiza-se a partir de diferentes eixos articulados:

1. **Eixo linguístico:** valorização da linguagem corporal e visual como formas legítimas de autoria e produção de conhecimento.
2. **Eixo identitário:** criação de espaços para que mulheres surdas possam narrar suas histórias, fortalecendo a identidade feminina surda e reafirmando seu lugar de fala frente às opressões sociais e linguísticas.
3. **Eixo pedagógico-formativo:** promoção de uma formação mais empática, crítica e inclusiva, capaz de aproximar sujeitos surdos e ouvintes por meio do diálogo entre diferentes formas de linguagem e culturas.

4. **Eixo político-social:** defesa da inclusão linguística, da equidade de gênero no campo literário e cultural, dos direitos linguísticos da comunidade surda e dos princípios da educação bilíngue.

À vista disso, pressupõe-se que a pesquisa apresenta significativa relevância acadêmica, cultural e social. Além de contribuir para o avanço dos Estudos Surdos e dos estudos de gênero, o projeto se configura como um espaço ético e político de afirmação do corpo, da língua e da voz das mulheres surdas, possibilitando o exercício pleno da autoria sem opressão, sem invisibilidade e sem silenciamento.

4 MOVIMENTO SURDO NO BRASIL: LUTAS COLETIVAS E A VOZ DAS MULHERES

Para Melucci (1996), o sistema composto de relações sociais que envolvia principalmente pessoas surdas no Brasil iniciou no começo da década de 1980. Esse período foi marcado pela ampliação de movimentos sociais formados por operários, moradores de bairros populares, negros e homossexuais, que buscavam maior participação política e reconhecimento de direitos. Na decorrência do processo houve uma expansão na redemocratização, e da abertura política vivenciada no país, o que favoreceu o surgimento de novos atores sociais, incluindo o movimento surdo.

Em 1970 as associações e ativistas surdos tiveram seu papel político consolidado nem seus direitos plenamente exercidos dentro desse segmento. A Organização das Nações Unidas (ONU) contribuiu para a promoção desses direitos ao instituir o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) em 1981, trazendo visibilidade global às demandas de acessibilidade e inclusão. Esse movimento internacional refletiu-se também nas lutas de outros grupos de pessoas, que igualmente buscavam reconhecimento e cidadania.

Nesse período, a forma de comunicação das pessoas surdas era alvo de forte preconceito e constituía objeto de mecanismos coercitivos dentro das instituições escolares, que desencorajavam o uso dos sinais. Apenas a partir da década de 1990 o movimento surdo fortaleceu ações voltadas à oficialização da comunicação sinalizada, buscando o reconhecimento histórico que lhes havia sido negado (Souza, 1998; Brito, 2013). Iniciativas acadêmicas e documentos de apoio à Libras já tinham surgido antes desse período, em grupos de pesquisa sobre bilinguismo e educação de surdos. Essas iniciativas foram fundamentais para preparar o cenário que resultaria no reconhecimento formal da língua.

O ativista surdo Nelson Pimenta de Castro representou um marco histórico no movimento social surdo no Brasil. No dia 25 de setembro de 1994, ele organizou uma grande passeata na cidade do Rio de Janeiro, reunindo cerca de mil pessoas surdas e ouvintes. Essa mobilização reivindicava cidadania, direitos linguísticos e a valorização da língua de sinais, configurando-se como um dos maiores atos políticos do movimento surdo no país até então.

No Brasil, a educação de surdos foi fortemente influenciada por modelos internacionais que puniam o uso das línguas de sinais e priorizavam a oralidade.

Essa postura institucional marcou profundamente a história da educação de surdos no país. Como relata Ramos (apud Strobel, 2008):

Em 1911 foi adotado o oralismo puro em todas as disciplinas do INSM, mas professores, funcionários e ex-alunos resistiram e mantiveram a comunicação em sinais naquela escola. Em 1957, a língua de sinais foi oficialmente proibida dentro da escola, sendo tomadas medidas para impedir o contato de alunos mais velhos com novatos. Isso não foi suficiente para destruir a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas gerou prejuízos irrecuperáveis. (Ramos; Strobel, 2008, p. 32)

Esse processo demonstra que, mesmo com tentativas sistemáticas de erradicar o uso da Libras, a comunidade surda manteve sua língua viva. As políticas de repressão linguística prejudicaram gerações de estudantes, comprometendo o acesso ao conhecimento e à identidade linguística. Ainda assim, a resistência dentro das escolas e nas comunidades surdas mostrou-se fundamental para a preservação da Libras, que continuou sendo transmitida entre pares, mesmo que de forma clandestina.

Segundo Gugel (2008), em épocas passadas, pessoas surdas eram excluídas da vida social e frequentemente abandonadas pelas famílias, por serem vistas como incapazes de se adaptar a sociedades que valorizavam apenas indivíduos fortes e produtivos. A falta de instituições adequadas e o entendimento limitado sobre deficiência contribuíam para práticas de negligência e exclusão. Como destaca Gugel (2008):

As tribos se formaram e com elas a preocupação em manter a segurança e a saúde dos integrantes do grupo para a sobrevivência. Os estudiosos concluem que a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível porque o ambiente era muito desfavorável e porque essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era inclusive muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência. (Gugel, 2008, p.17)

Esse relato evidencia como a percepção da deficiência esteve historicamente associada a ideias de incapacidade e inutilidade, justificando a exclusão de pessoas surdas e outras pessoas com deficiência. A compreensão social da diferença era limitada e permeada por valores de sobrevivência que excluía aqueles considerados fracos. Essa realidade histórica ajuda a

compreender por que a luta por direitos das pessoas surdas é tão recente e tão necessária, dado o longo percurso de marginalização.

As mulheres surdas, por sua vez, historicamente enfrentaram discriminação ainda maior dentro do contexto das pessoas com deficiência. Durante muitos anos, foram marginalizadas, negligenciadas e privadas de direitos essenciais, como educação, trabalho e participação plena na sociedade. No Brasil, dos 45.606.048 (23,9%) de pessoas com deficiência, 25.800.681 (26,5%) são mulheres, o que evidencia a dupla vulnerabilidade enfrentada por esse grupo. Essa exclusão se manifesta em ambientes públicos, privados e familiares, revelando a persistência do capacitismo e da misoginia.

Durante muito tempo, a sociedade construiu a imagem da mulher como frágil, incapaz e dependente, retirando-lhe autonomia e voz. No caso da mulher surda, esses estigmas são ainda mais acentuados, pois se somam às opressões impostas pelo ouvintismo. Segundo Ribeiro (2017):

A mulher surda, pertencente a dois grupos com minorias de direitos, é duplamente oprimida. Ela é vista pelo senso comum como 'coitadinha' ou indefesa, de modo que a misoginia perpetuada na sociedade é somada ao ouvintismo, opressão sofrida pelos surdos em uma sociedade majoritariamente ouvinte. Dessa forma, envolta de tantas imagens de si, do que é ser surda, do que é ser mulher, vive duplamente a dificuldade de construir sua própria identidade e autonomia. É colocado em xeque seu entendimento, sua independência, sua capacidade de comunicar-se e relacionar-se socialmente, de indignar-se, de pensar e de viver normalmente. (Ribeiro, 2017, p. 7).

Esse cenário revela a necessidade urgente de políticas públicas específicas para a promoção da autonomia, representatividade e proteção das mulheres surdas. A interseccionalidade entre gênero e deficiência evidencia desigualdades profundas que ainda persistem.

No governo do Presidente Lula, no ano de 2003, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão vinculado à Presidência da República. Seu objetivo consiste em promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres, além de combater diferentes formas de discriminação, exclusão e preconceito. A SPM atua como instrumento essencial para a construção de políticas de inclusão, justiça social e valorização feminina.

Nesse contexto, foi elaborado o documento Mulher Surda, fruto das reflexões realizadas durante a participação da representante da Federação

Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) na Consulta Nacional das Mulheres com Deficiência, realizada em Brasília no início de março de 2016. Esse documento reconhece as necessidades específicas das mulheres surdas a partir de suas próprias perspectivas e contribui para orientar políticas públicas mais justas.

5 CONCEITOS SOBRE SURDEZ E AUTORIA FEMININA

A identidade surda é um conceito complexo e multifacetado que envolve a forma como os indivíduos surdos se percebem, se definem e se posicionam em relação à sua surdez e à sociedade em geral. É uma forma de identidade cultural construída através da experiência compartilhada de ser surdo e da língua de sinais. Conforme Quadros e Karnopp (2004):

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua dos sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças [...] observou que os sinais não eram imagens, mas símbolos abstratos complexos, com uma complexa estrutura interior. Ele foi o primeiro, portanto, a procurar uma estrutura, a analisar os sinais, dissecá-los e a pesquisar suas partes constituintes. (Quadros; Karnopp, 2004, p. 30).

A identidade surda é caracterizada pela centralidade da língua de sinais, da cultura surda e da experiência visual. Segundo a autora surda Karin Strobel (2008, p. 39), “Os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorre ao redor dele [...]”. Complementam essa concepção os autores surdos Perlin e Miranda (2003):

Experiência visual significa a utilização da visão, em (substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a Cultura Surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A Cultura Surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura. (Perlin; Miranda, 2003, p. 218).

Antigamente, a identidade surda era vista como única e fixa, mas, hoje, compreende-se que ela é múltipla e em constante construção, influenciada pela cultura, pela escola e pela comunidade surda (Perlin, 1998; Rosa, 2012). Como afirma Rosa (2012):

Sim, a identidade surda será aprendida e apreendida no grupo de surdos, no meio, pela troca com o outro. Porém, relevante ressaltar que não há identidade pura, única, como se somente houvesse uma única maneira de viver do surdo. A identidade surda pode ser definida como um conjunto de características da comunidade surda. Um conjunto de

tradições, costumes, interesses, cultura e língua desenvolvido e vivido pelo povo surdo [...]. (Rosa, 2012, p. 22).

Já Gesser (2009) aponta que a compreensão da surdez como deficiência insere-se em uma narrativa assimétrica de poder e de produção do saber, constituída a partir de uma lógica hegemônica. Trata-se de uma construção social elaborada por grupos dominantes, que não corresponde à maneira como as pessoas surdas se percebem, se definem ou constroem suas próprias formas de representação.

Paddy Ladd (2003) também contribui ao ressaltar que a identidade surda é marcada por resistência, orgulho e afirmação cultural. Para ele, a língua de sinais e a cultura surda constituem espaços de empoderamento e enfrentamento das opressões vividas historicamente

O conceito de identidade surda começou a se fortalecer na década de 1980, com a abordagem sociocultural da surdez. A partir daí, vários teóricos ampliaram essa conceituação, destacando a língua de sinais, a cultura e a experiência visual como núcleos organizadores da identidade.

Portanto, a identidade surda se diferencia de outras formas identitárias porque não se reduz a um aspecto biológico, mas se constitui como expressão cultural, social e política. Suas principais características incluem a valorização da língua de sinais, da experiência visual, do pertencimento comunitário, da multiplicidade de trajetórias e da resistência ao ouvintismo.

No contexto brasileiro, a compreensão da surdez como diferença étnico-linguística é relativamente recente. Tal perspectiva se consolidou nos anos 1990, quando pesquisadores passaram a se distanciar da leitura biomédica da surdez. Carlos Skliar se destaca como um dos principais nomes dessa mudança paradigmática, ao propor que a surdez seja entendida como experiência visual, identitária e cultural.

Skliar (2013) defende que a surdez deve ser reconhecida como experiência marcada por especificidades visuais, múltiplas identidades e por uma posição historicamente construída dentro do discurso da deficiência. Ele enfatiza a importância do reconhecimento político dos sujeitos surdos em seus modos próprios de existir.

A crítica de Skliar à medicalização da surdez propõe a valorização das especificidades linguísticas e culturais dos surdos. Essa abordagem desloca o

foco do déficit para a identidade, produzindo uma mudança epistemológica significativa e ampliando o entendimento da educação bilíngue e intercultural.

O oralismo impunha práticas voltadas exclusivamente ao desenvolvimento da fala, desconsiderando a experiência visual e a língua de sinais. O modelo bilíngue, ao contrário, reconhece a Libras como língua de instrução e identidade, contribuindo para o fortalecimento cultural da comunidade surda.

Esse esforço culminou na promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua natural das pessoas surdas. No artigo 1º, a lei assegura: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” (BRASIL, 2002, Art. 1º). O reconhecimento jurídico materializa décadas de reivindicações e reforça os direitos linguísticos da comunidade surda.

A identidade surda se consolida como uma construção social e cultural atravessada pela língua de sinais, pela experiência visual e pelo pertencimento comunitário, configurando-se como um campo teórico que articula diferença, resistência e afirmação política.

Michelle Perrot (2005, p. 252), afirma que: “Crianças, pobres, idosos e doentes constituem os interlocutores privilegiados de uma mulher dedicada á tarefas caritativas e de socorro, a partir de então, organizadas no trabalho social.” concluindo que essas imposições rotuladas como afazeres femininos e assim uma forma de “qualidade feminina” era uma forma de manter a mulher restrita ao lar, tirando assim do assalariado do direito, sendo um deles a autoria algo de direito apenas do sexo masculino. Maria Ângela D’Incão (2002) fala que:

(...) a emergência da família burguesa ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para as mulheres novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico (...) a medicina, por exemplo combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. (D’Incão, 2002, p. 230).

Nesse sentido, tais construções históricas acerca do papel feminino fundamentam a perspectiva teórico-metodológica adotada neste estudo, orientando a análise das condições sociais que atravessam e influenciam a produção e o reconhecimento da autoria feminina surda.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, pois possibilita a análise de discursos, práticas linguísticas, identidades e expressões culturais que não podem ser mensuradas por dados numéricos. Dessa forma, é possível observar com maior atenção as vivências das mulheres surdas, considerando suas experiências singulares. Esse tipo de pesquisa compreende que fenômenos ligados às criações culturais e às formas de expressá-las requerem uma investigação detalhada dos sentidos e das vivências dessas mulheres para a compreensão de suas produções. Consideram-se como elementos constitutivos desse processo a língua de sinais, as narrativas autobiográficas, a cultura, a linguagem utilizada pelos surdos e as produções literárias.

A abordagem qualitativa permite analisar significados e investigar práticas sociais que não podem ser mensuradas por meio de métodos quantitativos. Esse tipo de investigação possibilita identificar lacunas, ampliar perspectivas e levantar hipóteses iniciais sobre o conhecimento produzido acerca dos gestos, da Libras e dos elementos culturais que atuam como instrumentos centrais da autoria surda. Assim, privilegia-se a compreensão dos sentidos construídos nas experiências discursivas e culturais das mulheres surdas.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico para a construção do corpus da pesquisa, utilizando-se a Plataforma CAPES e o Google Acadêmico. Foram selecionadas produções publicadas entre os anos de 2020 e 2025, período que marca a expansão da visibilidade dos movimentos culturais surdos, o fortalecimento das identidades surdas e a ampliação das oportunidades de visibilidade das produções dessas pessoas na sociedade. Priorizaram-se trabalhos e artigos acadêmicos de autoria feminina e que tratassem de temáticas relacionadas às pessoas surdas. Destacaram-se, assim, narrativas autobiográficas, movimentos identitários surdos, literatura surda, comunicação visual-gestual e a linguagem como instrumento de resistência, garantindo rigor, atualidade e credibilidade científica.

Os critérios de seleção dessas produções incluíram teóricos e teóricas fundamentais para o campo da identidade surda, da autoria e do uso da linguagem do corpo, como Paddy Ladd, Harlan Lane, Carol Padden, Rosângela Hammes Rodrigues, Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, Karin Strobel e Gladis Perlin, entre outros. Os tipos de textos pesquisados foram aqueles que abordam diretamente a autoria surda feminina, a literatura em língua de sinais, narrativas autobiográficas de autoria feminina, investigações sobre identidades, culturas visuais, performatividade corporal e escrita surda. Também foram incluídos artigos que discutem desigualdades linguísticas, de gênero e culturais.

Após a seleção dos textos, procedeu-se à leitura analítica e interpretativa do material. A leitura analítica concentrou-se na compreensão de como as mulheres surdas constroem suas vozes autorais, materializando narrativas e enfrentando historicamente o silenciamento em uma sociedade marcada por desigualdades linguísticas, culturais e de gênero. Já a leitura exploratória permitiu identificar temas recorrentes, abordagens relevantes e lacunas teóricas. A partir dessas leituras, o material foi organizado em categorias, destacando primeiramente as lacunas relacionadas às expressões corporais e visuais como formas de enunciação e, em seguida, a literatura em língua de sinais inserida nas narrativas autobiográficas femininas, compreendidas como formas de resistência discursiva e política.

A análise interpretativa do discurso foi utilizada nos textos selecionados, articulada à perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos. Considera-se que a enunciação surda vai além da escrita, manifestando-se também no movimento do corpo, nas expressões faciais e nos gestos. Todas essas dimensões produzem sentidos e significados complexos, fundamentais para a compreensão da autoria feminina surda. Dessa forma, a investigação possibilita compreender os modos próprios de narrar e criar, tanto na escrita em língua portuguesa quanto na Língua Brasileira de Sinais (Libras), respeitando suas especificidades linguísticas e performativas.

Esta pesquisa busca apresentar, de forma sintética, o percurso e as contribuições dessas autoras no campo literário e cultural. Analisa-se como essas mulheres constroem suas vozes a partir da relação com o corpo, a língua e a cultura surda, considerando o recorte temporal de 2020 a 2025. Assim,

evidencia-se o papel dessas produções na afirmação identitária e na ampliação da representatividade feminina surda.

A pesquisa também funciona como um mapa interpretativo das produções de mulheres surdas na escrita e nas artes, destacando os limites impostos à sua visibilidade e as estratégias de resistência diante de desafios estruturais. Esse movimento permite compreender como essas autoras enfrentam contextos de silenciamento e exclusão, reafirmando seus lugares de fala e criação.

O procedimento metodológico articula pesquisa bibliográfica, mapeamento de autoras, análise interpretativa de narrativas e leitura crítica de produções em Libras e em língua portuguesa. Esse conjunto de estratégias possibilita compreender como as mulheres surdas constroem suas autorias e rompem com o silenciamento histórico por meio de suas produções literárias e discursivas. Reafirma-se, assim, o compromisso da pesquisa com a ampliação da visibilidade dessas obras, valorizando sua potência estética, cultural e política.

Adotou-se, como procedimento metodológico, uma busca sistemática na base de dados da CAPES, mapeando produções acadêmicas nacionais publicadas entre 2020 e 2025 relacionadas à temática das mulheres surdas. Inicialmente, utilizou-se a palavra-chave “mulheres surdas” como filtro específico, a fim de garantir um recorte preciso da pesquisa. Foram delimitados apenas artigos científicos, sendo excluídas dissertações, teses e capítulos de livros, considerando que os artigos apresentam análises mais objetivas e contemporâneas sobre a temática.

Com a aplicação dos filtros, foram identificados 17 artigos publicados dentro do período delimitado. Esse procedimento permitiu observar a distribuição temporal das produções acadêmicas sobre mulheres surdas nos últimos anos. Em 2020, foi identificado apenas um artigo, seguido de um crescimento expressivo em 2021, com cinco publicações. Em 2023, foram localizados quatro artigos, e em 2024, manteve-se o mesmo quantitativo, indicando continuidade e estabilidade da produção acadêmica nacional. Nos anos de 2022 e 2025, não foram encontrados artigos relacionados diretamente ao tema.

A organização desses dados permitiu compreender que a temática das mulheres surdas vem ganhando maior destaque e visibilidade ao longo dos anos. Essa pesquisa mostra-se relevante por evidenciar lacunas e ao mesmo tempo

apontar o crescimento do interesse acadêmico sobre essas vivências e expressões. Trata-se de uma contribuição importante para o reconhecimento das mulheres surdas no cenário acadêmico brasileiro contemporâneo.

7 RESULTADOS

Os resultados do mapeamento bibliográfico indicam um crescimento significativo de produções acadêmicas que abordam a temática das mulheres surdas, especialmente a partir do ano de 2020. As áreas com maior incidência de publicações são linguagem, educação e saúde, evidenciando que as discussões sobre comunicação, identidade e acessibilidade permanecem centrais. Apesar desse crescimento, observa-se uma distribuição desigual das produções entre os campos do conhecimento, com menor incidência em áreas como o direito e as políticas públicas.

No que se refere à autoria, constatou-se que a maioria dos artigos é produzida por pesquisadores ouvintes, em especial intérpretes de Libras, educadores e profissionais da saúde. A presença de autoras surdas ainda é limitada, sobretudo quando se considera a autoria feminina surda, o que evidencia assimetrias na produção do conhecimento e dificuldades de acesso ao espaço acadêmico. Esse dado revela que, embora os estudos tratem das experiências surdas, nem sempre essas vozes ocupam o lugar de autoria.

Na área das linguagens, os trabalhos analisados concentram-se na literatura surda, em narrativas autobiográficas e em produções poético-visuais em Língua Brasileira de Sinais. Esses estudos abordam a autorrepresentação da mulher surda, a construção identitária e a denúncia de violências interseccionais, especialmente quando articuladas a gênero e raça. Destaca-se o uso do corpo, do gesto e da visualidade como elementos centrais de produção de sentido e expressão artística.

No campo educacional, os resultados evidenciam pesquisas voltadas às práticas translíngues, à construção da identidade surda em contextos escolares e à valorização da Libras como língua de instrução. Esses estudos apontam que práticas pedagógicas sensíveis à experiência visual favorecem o fortalecimento da identidade surda feminina, embora persistam desafios estruturais para a consolidação de uma educação bilíngue efetiva.

Na área da saúde, os artigos analisados demonstram que a principal barreira enfrentada pelas mulheres surdas é a comunicação com profissionais e serviços. Os estudos relatam dificuldades no atendimento pré-natal, no parto e no puerpério, decorrentes da ausência de profissionais capacitados em Libras e

da insuficiência de intérpretes. Essa precariedade comunicacional compromete a autonomia das mulheres surdas e a qualidade da assistência recebida.

No campo jurídico, os resultados indicam que a mulher surda ainda é frequentemente representada de forma estigmatizada em decisões judiciais. A linguagem jurídica, em muitos casos, desconsidera os direitos linguísticos das mulheres surdas, reforçando a imagem de incapacidade e fragilidade. Mesmo diante de avanços legais, como o reconhecimento da Libras, persistem discursos institucionais excludentes.

Dessa forma, os resultados apresentados fundamentam a construção das categorias da análise temática desenvolvida na seção seguinte, permitindo uma interpretação articulada entre os achados empíricos, o histórico do movimento surdo e as concepções teóricas sobre identidade, autoria e interseccionalidade das mulheres surdas.

7. 1 ANÁLISE TEMÁTICA

As análises foram organizadas em quatro categorias temáticas, construídas a partir da leitura analítica do corpus, com o intuito de sistematizar os principais eixos presentes nas produções encontradas.

Categoria 1 – Comunicação e direitos linguísticos das mulheres surdas

A análise temática evidencia que a comunicação em Língua Brasileira de Sinais constitui o eixo central das experiências relatadas nos estudos analisados, especialmente nas áreas da saúde, educação e justiça. Pesquisas como “Comunicação do enfermeiro no trabalho de parto de mulheres surdas” (Research, Society and Development, 2021); “Percepções de mulheres surdas durante a gestação e parto” (Saúde.com, 2022) e “Desafios da assistência a mulheres surdas no pré-natal” (Revista de Enfermagem UFPE On-line, 2024):

Percepção de mulheres surdas evidenciou a existência de obstáculos no processo de comunicação do enfermeiro durante o parto, ocasionados pelo desconhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais, inexistência de intérprete no ambiente hospitalar, o acompanhante como interlocutor na comunicação e o uso de máscara. Por sua vez, na tentativa de comunicar-se com a usuária surda, o enfermeiro utilizou gestos, leitura orofacial e a escrita

em português; contudo, essas estratégias apresentaram-se bastante limitadas e não demonstraram efetividade para proporcionar uma comunicação de qualidade. (Denise 2021, p. 2)

Demonstram que a ausência de profissionais capacitados em Libras compromete a autonomia, a segurança e a qualidade do cuidado ofertado. Esses achados reforçam que o direito linguístico, historicamente reivindicado pelo movimento surdo, ainda não se materializa plenamente nas práticas institucionais.

Observa-se que, mesmo após o reconhecimento legal da Libras, sua efetivação permanece limitada no cotidiano dos serviços públicos. Estudos como “Atendimento médico a pacientes surdas: uma revisão integrativa” (Brazilian Journal of Health Review, 2024) e “Violência contra a mulher surda e conduta do enfermeiro” (Enfermagem Atual In Derme, 2023) apontam que a dependência de terceiros para mediação comunicacional gera insegurança, constrangimento e violação de direitos. Rodrigues, 2022 aponta que:

observa-se que a barreira comunicacional leva mulheres surdas a dependerem de terceiros para conseguir atendimento em saúde, o que compromete sua autonomia e seus direitos. Ao longo do ciclo gravídico-puerperal, a ausência de intérpretes faz com que as mulheres surdas necessitem de uma terceira pessoa como interlocutora, resultando em falhas na promoção do cuidado (Rodrigues 2022, p. 1432–1433).

Desse modo, a negação da Libras configura-se como forma contemporânea de silenciamento institucional, reiterando práticas ouvintistas já denunciadas historicamente.

Categoria 2 – Identidade surda feminina e experiência visual

Os estudos inseridos nessa categoria confirmam a identidade surda como uma construção social, cultural e visual, fundada na língua de sinais e na experiência visual. Artigos como “Práticas translíngues e identidades de mulheres surdas em contexto escolar” (Working Papers em Linguística, 2022) evidenciam que a construção identitária ocorre em espaços de interação, especialmente no contexto educacional, onde o uso da Libras fortalece o pertencimento comunitário e a afirmação subjetiva. Esses achados dialogam

com a perspectiva teórica de Strobel, Perlin, Miranda e Rosa, ao reconhecer a identidade surda como plural e relacional. Assim afirma Gomes, Costa (2022):

“A construção identitária das pessoas surdas ocorre de maneira significativa nos espaços de interação, especialmente no contexto educacional, onde a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se estabelece como um meio fundamental de comunicação.” (Gomes; Costa; Costa, 2022, p. 49).

A experiência visual emerge como elemento estruturante dos processos de significação e autorrepresentação das mulheres surdas. Estudos na área da linguagem, como “Eu sou surda, tenho a minha voz” (2020), demonstram que o corpo, o gesto e a visualidade constituem formas legítimas de enunciação e construção de sentidos. Essa perspectiva rompe com a visão biomédica da surdez e reafirma a concepção socioantropológica, segundo a qual a surdez deve ser compreendida como diferença linguística e cultural, e não como déficit.

Categoria 3 – Autoria feminina surda como prática de resistência política

A autoria feminina surda emerge, na análise temática, como prática de resistência política, cultural e simbólica. Estudos como “Autoria feminina surda: debates e construções identitárias” (Criação & Crítica, 2020) e “Eu sou surda, tenho a minha voz” (2020) demonstram que a produção literária e poético-visual em Libras constitui estratégia de enfrentamento ao apagamento histórico das mulheres surdas. Nessas produções, escrever e sinalizar configuram-se como atos de afirmação identitária e disputa de narrativas. De acordo com Tonani 2020:

“A produção literária e poética visual em Libras representa uma estratégia de enfrentamento ao apagamento histórico das mulheres surdas, valorizando a língua de sinais como um veículo de resistência e de afirmação identitária.” (Tonani, 2020 p. 255).

Além disso, o artigo “Que corpo é esse? Literatura surda, interseccionalidades e violências” (Revista Internacional de Relações Étnicas, 2021) evidencia como a autoria feminina surda utiliza recursos corporais, visuais e cinematográficos para denunciar violências estruturais. De acordo com Brito 2021:

“A produção poética e cinematográfica de autoras surdas negras envolve uma combinação de recursos visuais e corporais que não

apenas denunciam a violência, mas também constroem uma narrativa que desafia os padrões hegemônicos. Essas autoras utilizam a linguagem do corpo, a estética visual e o cinema como ferramentas de resistência, destacando a interseccionalidade entre raça, gênero e deficiência” (Brito, 2021, p. 22).

Essa categoria dialoga com as contribuições de Ladd e Skliar, ao compreender a produção cultural surda como forma de empoderamento e resistência. A baixa presença de autoras surdas no campo acadêmico, revelada nos resultados, reforça a importância política da autoria feminina surda como ruptura do silenciamento e reafirmação do direito à palavra.

Categoria 4 – Interseccionalidades: gênero, surdez e raça nas estruturas institucionais

A análise temática revela que as experiências das mulheres surdas são atravessadas por múltiplas opressões relacionadas ao gênero, à surdez e à raça. Estudos como “Representações sociais de mulheres surdas mirienses” (Revista Gatilho, 2022) e pesquisas com mulheres surdas negras evidenciam que o racismo, o sexismo e o capacitismo se articulam, produzindo experiências intensificadas de exclusão social. Essas análises confirmam que não há uma experiência única de ser mulher surda, mas trajetórias marcadas por interseções de desigualdade. Segundo Costa (2022):

“As mulheres surdas negras evidenciam que o racismo, o sexismo e o capacitismo se articulam, produzindo experiências de exclusão social. A mulher surda, especialmente quando também é negra, vivencia uma tripla vulnerabilidade, pois enfrenta preconceitos de gênero, raciais e de deficiência simultaneamente. Esse entrelaçamento de opressões faz com que essas mulheres sejam frequentemente negligenciadas em diversos espaços públicos, como hospitais e escolas, que não possuem estrutura adequada para atender suas necessidades. Dessa forma, a exclusão social se manifesta de maneira complexa e multifacetada, exigindo um olhar atento e ações concretas para o empoderamento e inclusão dessas mulheres.” (Costa, 2022 p. 9)

No campo institucional, artigos como “A representação da mulher surda em acórdãos judiciais” (Diálogo das Letras, 2023) mostram que o discurso jurídico ainda associa a mulher surda à incapacidade e à fragilidade, reiterando violências simbólicas. Esses achados demonstram que, apesar dos avanços legais, as estruturas institucionais continuam reproduzindo práticas ouvintistas e excludentes. Assim, essa categoria evidencia a necessidade de políticas

públicas interseccionais que reconheçam a pluralidade das identidades surdas femininas e enfrentem as desigualdades estruturais presentes nas instituições sociais.

7.2 RESULTADOS – DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS POR CATEGORIA TEMÁTICA

Apresentamos, a seguir, o gráfico que sintetiza a distribuição dos artigos analisados segundo as categorias da análise temática desenvolvida nesta pesquisa.

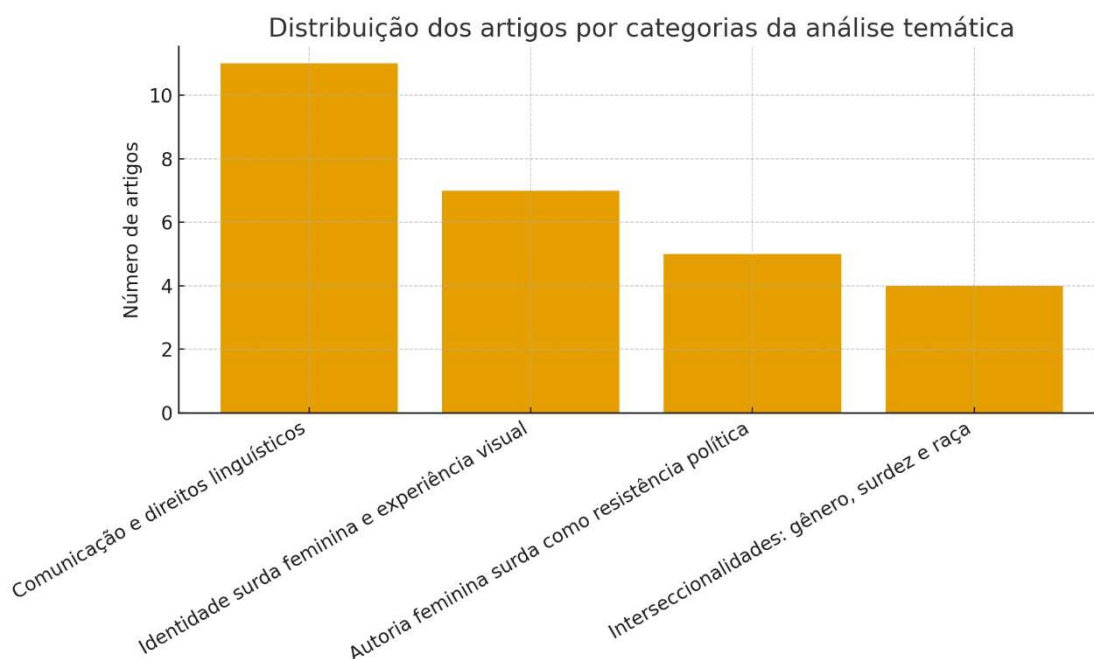


Figura X – Distribuição dos artigos por categorias da análise temática.
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020–2025).

O gráfico apresenta a distribuição dos artigos analisados conforme as categorias definidas a partir da análise temática do corpus. Observa-se a predominância da categoria Comunicação e direitos linguísticos das mulheres surdas, com 11 artigos, evidenciando que o acesso à Língua Brasileira de Sinais permanece como eixo central das produções acadêmicas sobre mulheres surdas. Esse dado confirma que a dimensão comunicacional constitui um dos principais entraves à autonomia, à cidadania e ao acesso aos direitos básicos dessas mulheres.

A categoria Identidade surda feminina e experiência visual, com 7 artigos, indica a relevância das discussões sobre pertencimento comunitário, cultura surda e visualidade na construção identitária das mulheres surdas. Em seguida, a categoria Autoria feminina surda como resistência política, com 5 artigos,

embora quantitativamente menor, revela densidade teórica significativa ao evidenciar a produção literária, narrativa e poético-visual como estratégias de enfrentamento ao silenciamento histórico e à invisibilidade acadêmica.

Por fim, a categoria Interseccionalidades: gênero, surdez e raça, com 4 artigos, aponta que, apesar de menos explorada numericamente, essa temática é fundamental para compreender como múltiplas opressões se articulam nas experiências das mulheres surdas. Ressalta-se que as categorias não são excludentes entre si, podendo um mesmo artigo dialogar com mais de uma dimensão temática, de modo que o gráfico fundamenta a análise qualitativa.

7.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA

De modo geral, a análise temática demonstra que as experiências das mulheres surdas são marcadas por disputas linguísticas, identitárias e políticas. As quatro categorias evidenciam que a língua de sinais, a experiência visual, a autoria feminina e as interseccionalidades constituem núcleos centrais de resistência e afirmação. Assim, os resultados confirmam que ampliar a visibilidade das mulheres surdas significa fortalecer a cultura surda, tensionar relações de poder e consolidar a surdez como diferença cultural e política no campo acadêmico e social.

Este estudo analisou de que forma as mulheres surdas constroem e afirmam sua autoria no campo literário, cultural e acadêmico, considerando os atravessamentos da surdez, do gênero e das desigualdades linguísticas. As análises evidenciaram que a autoria feminina surda não se restringe à escrita em língua portuguesa, mas se expressa também por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do corpo e da experiência visual. Esses elementos configuram modos legítimos de produção de sentidos e de afirmação identitária, historicamente desvalorizados nos espaços de autoria.

O mapeamento da produção acadêmica brasileira entre os anos de 2020 e 2025 revelou um crescimento do interesse por pesquisas sobre mulheres surdas, especialmente nas áreas da linguagem, educação e saúde. Entretanto, observou-se que a presença de autoras surdas ainda é limitada, o que evidencia assimetrias nos processos de produção e legitimação do conhecimento científico. Esse dado aponta para a necessidade de ampliar políticas e práticas

que favoreçam o acesso e a permanência das mulheres surdas nos espaços acadêmicos e culturais.

A análise temática demonstrou que os direitos linguísticos e o acesso à Libras permanecem como questões centrais nas experiências das mulheres surdas, sobretudo em contextos institucionais. As barreiras comunicacionais identificadas nos estudos analisados indicam que o reconhecimento legal da Libras ainda não se efetiva plenamente nas práticas sociais, comprometendo a autonomia e o exercício da cidadania. Nesse cenário, a autoria feminina surda assume também um caráter de resistência ao silenciamento histórico e às práticas ouvintistas.

No que se refere à identidade surda feminina, os resultados confirmaram que ela se constrói de forma plural e relacional, ancorada na língua de sinais, na experiência visual e no pertencimento comunitário. O corpo e o gesto emergem como elementos centrais na constituição da autoria, desafiando concepções biomédicas e deficitárias da surdez. Essa compreensão contribui para o reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural.

Diante disso, conclui-se que reconhecer a autoria feminina surda implica repensar concepções tradicionais de literatura, linguagem e produção de conhecimento. Valorizar a Libras, a corporalidade e a visualidade como dimensões autorais amplia os horizontes epistemológicos e fortalece perspectivas mais inclusivas no campo acadêmico e cultural. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento dos Estudos Surdos e incentive novas pesquisas que ampliem o protagonismo das mulheres surdas como autoras de suas próprias narrativas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou de que forma as mulheres surdas constroem e afirmam sua autoria no campo literário, cultural e acadêmico, considerando os atravessamentos da surdez, do gênero e das desigualdades linguísticas. As análises evidenciaram que a autoria feminina surda não se restringe à escrita em língua portuguesa, mas se expressa também por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do corpo e da experiência visual. Esses elementos configuram modos legítimos de produção de sentidos e de afirmação identitária, historicamente desvalorizados nos espaços de autoria.

O mapeamento da produção acadêmica brasileira entre os anos de 2020 e 2025 revelou um crescimento do interesse por pesquisas sobre mulheres surdas, especialmente nas áreas da linguagem, educação e saúde. Entretanto, observou-se que a presença de autoras surdas ainda é limitada, o que evidencia assimetrias nos processos de produção e legitimação do conhecimento científico. Esse dado aponta para a necessidade de ampliar políticas e práticas que favoreçam o acesso e a permanência das mulheres surdas nos espaços acadêmicos e culturais.

A análise temática demonstrou que os direitos linguísticos e o acesso à Libras permanecem como questões centrais nas experiências das mulheres surdas, sobretudo em contextos institucionais. As barreiras comunicacionais identificadas nos estudos analisados indicam que o reconhecimento legal da Libras ainda não se efetiva plenamente nas práticas sociais, comprometendo a autonomia e o exercício da cidadania. Nesse cenário, a autoria feminina surda assume também um caráter de resistência ao silenciamento histórico e às práticas ouvintistas.

No que se refere à identidade surda feminina, os resultados confirmaram que ela se constrói de forma plural e relacional, ancorada na língua de sinais, na experiência visual e no pertencimento comunitário. O corpo e o gesto emergem como elementos centrais na constituição da autoria, desafiando concepções biomédicas e deficitárias da surdez. Essa compreensão contribui para o reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural.

Diante disso, conclui-se que reconhecer a autoria feminina surda implica repensar concepções tradicionais de literatura, linguagem e produção de

conhecimento. Valorizar a Libras, a corporalidade e a visualidade como dimensões autorais amplia os horizontes epistemológicos e fortalece perspectivas mais inclusivas no campo acadêmico e cultural. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento dos Estudos Surdos e incentive novas pesquisas que ampliem o protagonismo das mulheres surdas como autoras de suas próprias narrativas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Valdeny Costa de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; ALEXANDRE, Leila Rachel Barbosa; SIMPLÍCIO, Marcelo Leonardo de Melo. “Vítima surda-muda e analfabeta”: uma análise crítica do direito linguístico e da representação de mulheres surdas em acórdãos judiciais. **Diálogo das Letras**, [S. l.], v. 12, p. e02320, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/5186>. Acesso em: 2 dez. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II>. Acesso em: 5 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Art. 1º: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM**. Página oficial. Governo do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>. Acesso em: 5 dez. 2025.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013-133156/>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRITO, Ires dos Anjos et al. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 209–232, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/8533>. Acesso em: 2 dez. 2025.

COSTA, Aline Corrêa de Barros da; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de; KLEIN, Madalena. Representações sociais de mulheres surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 26, p. 1–16, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5356>. Acesso em: 5 dez. 2025.

D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. PIORE, Mary Del; Bassanezi, Carla(org). História das mulheres no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 223-240. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/autoria_feminina_meu_artigo_0.pdf Acesso em: 09 jan. 2026.

DENARI, Fátima Elisabeth; COLOMBO, Isabella Mota. Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5287>. Acesso em: 5 dez. 2025.

FERREIRA, Charliane Oliveira et al. Resistir para existir: uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 23, p. 126–147, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/38325>. Acesso em: 5 dez. 2025.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/38325%EF%BF%BC>. Acesso em: 8 dez. 2025.

GOMES, Bianca Sena; COSTA, Mairla Pereira Pires; COSTA, Gilmar Jales da. Ideologias sobre educação bilíngue em narrativas de mulheres surdas e possíveis aproximações com a abordagem translíngue. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 40, n. 4, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/83310>. Acesso em: 5 dez. 2025.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID, 2008. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 14 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-indicadores-sociais-%EF%BF%BC>. Acesso em: 5 dez. 2025.

LADD, Paddy. **Em busca da surdidade: colonização dos surdos**. Tradução: Sintagma. 1. ed. Lisboa: Surd’Universo, 2013. v. 1. Disponível em: <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1874559>. Acesso em: 5 dez. 2025.

LADD, Paddy. **Compreendendo a Cultura Surda: Em Busca da Surdez**. Clevedon: Multilingual Matters, 2003. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.21832/9781853595479/html>. Acesso em: 6 dez. 2025.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/challenging-codes/5B604C6355B636022120D57E744128BA>. Acesso em: 5 dez. 2025.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 252. Texto citado em: ALMEIDA, Edlaine Cristina Rodrigues

de. Título da dissertação. Universidade de Caxias do Sul, [Ano]. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/11338/540/3/Dissertacao%20Edlaine%20Cristina%20Rodrigues%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ONU. **The International Year of Disabled Persons** – 1981. United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/the-international-year-of-disabled-persons-1981.html>. Acesso em: 5 dez. 2025.

PERLIN, Gladis Terezinha Taschetto. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51–73. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/21847>. Acesso em: 5 dez. 2025.

PERLIN, Gladis Terezinha Taschetto; MIRANDA, Wilson. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos**, Florianópolis, n. 5, p. 217–226, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1282>. Acesso em: 5 dez. 2025.

PERROT, Michelle. O que é um trabalho de Mulher? In: As mulheres ou os silêncios da história. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 251-258. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/autoria_feminina_meu_artigo_0.pdf. Acesso em: 09 jan. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/948>. Acesso em: 10 dez. 2025.

RIBEIRO, Jéssica Akemi Kawano. **A identidade e a autonomia da mulher surda**. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e Women's Worlds Congress, Florianópolis: 2017. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498229488_ARQ_UIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 14 dez. 2025.

ROSA, Edson Figueiredo. Identidades surdas: o identificar do surdo na sociedade. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (Orgs.). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas**. Curitiba: CRV, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5854/1/Construindo%20processos%20de%20literatura%20surda%20na%20escola%20reflex%C3%B5es%20a%C3%A7%C3%B5es%20e%20propostas>. Acesso em: 10 out. 2025.

SKLIAR, Carlos Bernardo. **A surdez: uma diferença socialmente construída**. In: _____. Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013, p. 1-XX. (usar o número de páginas reais do capítulo). Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1213/1/FabianeFerreiradaSilvaMoraes.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: <https://acervo.lieeb.com.br/lieeb/que-palavra-que-te-falta-linguistica-e-educacao-consideracoes-epistemologicas-a-partir-da-surdez/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. Disponível em: <https://livraria.ufsc.br/produto/802/as-imagens-do-outro-sobre->. Acesso em: 15 nov. 2025.

STROBEL, Karin. **História da educação dos surdos**. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/scos/cap14200/1.html>. Acesso em: 20 nov. 2025.

TONANI, Paulo. “Eu sou surda, tenho a minha voz”: leituras sobre autoria feminina surda. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, n. 28, p. 254–274, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/171829>. Acesso em: 2 dez. 2025.